

FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO DE UMA PROFESSORA : VISIBILIDADE E OCULTAÇÃO DA DIFERENÇA EM PRÁTICAS DISCURSIVAS

*Marluce Pereira da Silva¹
Cássio Eduardo Rodrigues Serafim²*

RESUMO. O artigo reflete sobre os modos como os discursos constituem realidades sociais e subjetividades nos processos de lutas simbólicas e materiais por imposição de significados e discute os modos como uma professora negra organiza microlutas discursivas na tentativa de constituir-se enquanto sujeito. Para tanto, utilizam-se os estudos foucaultianos para analisar o fenômeno do poder e as técnicas de resistência a esses fenômenos.

Palavras-chave: Discurso, Subjetivação, Relações de Poder, Docência, Relações Raciais.

RESÚMEN. El artículo reflexiona sobre las formas en que los discursos constituyen realidades sociales y subjetividades en los procesos de luchas simbólicas y materiales mediante la imposición de significados y analiza las maneras en que una profesora negra lleva a cabo micro luchas discursivas con la intención de erigirse como sujeto. Por lo tanto, son utilizados los estudios de Foucault para investigar el fenómeno del poder y sus técnicas de resistencia a estos fenómenos.

Palabras-llave: Discurso, Subjectivación, Relaciones de Poder, Docencia, Relaciones Raciales.

A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose (DELEUZE, 2005, p.113).

Introdução

As discussões em torno de modos de subjetivação e tipos de subjetividades que estão ocorrendo na contemporaneidade constituem interesses interdisciplinares, visto que convergem para amplas vertentes em que se incorporam vários campos do saber: Psicologia, Educação, Sociologia, Filosofia e ainda para o reconhecimento das diferenças. Com a emergência desses estudos, também alguns setores da Lingüística passaram a incluir, em suas abordagens teóricas, o discurso da diferença e questões afins. A inclusão, nessas abordagens, de elementos como condições de produção, efeitos de sentido, posições de sujeitos e produção de suas subjetividades, a cada dia, suscita questões em torno de episódios socioculturais que

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte - marlucepereira@uol.com.br

²Ghana Institute of Languages - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - cassioserafim@ig.com.br

necessitam de investigações de modo a dar real importância aos debates em torno da produção de subjetividades modernas, que emergem mediante diferentes relações de poder, novos tipos de resistência e de tecnologias de subjetivação.

Neste trabalho, dá-se relevância ao papel da linguagem, pois é nela que se produzem e se elaboram práticas de significação e processos simbólicos responsáveis por estratégias e mecanismos capazes de estabelecer novas relações de poder, provenientes de possíveis novas hierarquizações socioculturais, em especial aqueles correspondentes a pertença étnico-racial. É na linguagem que os espaços são estabelecidos e os indivíduos assumem posições ou são impelidos por outros a se posicionarem, de acordo com as configurações exigidas pelos diversos espaços sociais. A eficácia dessa resistência pode ser observada em enunciados que se constituem em estratégias discursivas do pertencimento étnico-racial da colaboradora da pesquisa — uma professora negra — relacionadas a significados sociais, valores, atitudes, comportamentos.

Este trabalho apresenta uma análise de relatos de uma professora e nesses captura rastros lingüístico-discursivos de resistência ante aos efeitos de poder que o uso da linguagem ofensiva lhe causa. Constituem-se nossas perguntas: a) como essa professora resiste práticas sociais segregacionistas? b) ao procurar constituir-se como sujeito, quais estratégias essa professora utiliza para contestar projetos identitários hegemônicos em torno dos modos de ser homem e mulher com traços de pertencimento a grupos étnico-raciais específicos? Portanto, o artigo reflete sobre os modos como os discursos constituem realidades e subjetividades nesses processos de lutas simbólicas e materiais por imposição de significados sociais, como a entrevistada organiza microlutas discursivas na tentativa de constituir-se sujeito, que se transforma social e historicamente.

À medida que surgem novos movimentos cuja preocupação se volta para reafirmações sociais, enfoca-se o relevo em torno de construtos pessoais e culturais (WOODWARD, 2002) relacionados a segmentos antes totalmente invisibilizados pelas práticas discursivas e não-discursivas predominantes em sociedades ocidentais contemporâneas. Tais construtos definem posições em cenários socioculturais nos quais diversos projetos biográficos coexistem. Analisar modos de subjetivação de uma professora negra permitirá compreendê-los como produzidos em locais históricos e instituições específicas no interior de formações discursivas singulares (HALL, 2002). Isso quer dizer que essas formações discursivas estão radicalmente implicadas com diversas formas de poder (FOUCAULT, 1979), constituindo marcas de exclusão e do não reconhecimento às diferenças. Discurso é aqui analisado e entendido como uma prática social que está numa constante elaboração de seus sentidos e suas filiações a

outros discursos — o interdiscurso, região de encontros e desencontros de sentido (PÊCHEUX, 1986; GREGOLIN, 2004) —, numa rede de relações circunscritas a realidades sócio-históricas específicas.

Atualmente, há uma grande profusão de estudos, sobretudo na área de Ciências Humanas e Sociais, discutindo questões ligadas às diferenças. Essas pesquisas procuram evidenciar que tais diferenças produzem novas formas de identificação e que, durante muito tempo, o não reconhecimento à diversidade ocasionou exclusões sociais, principalmente na escola cujas práticas discriminatórias impuseram o silêncio às diferenças socioculturais em suas variadas dimensões, evitando o reconhecimento aos traços da heterogeneidade que constituem os seres humanos e, de fato, dificultando a produção de novas formas de identificação (MOITA LOPES, 2002). Em contrapartida, como resultado de políticas de identidade, das lutas de segmentos excluídos por espaço e voz, podemos encontrar uma realidade extrema: o que Bauman (1999) chama de heterofobia. Hoje é possível presenciar certo enclausuramento de pessoas em comunidades que evitam dialogar com outras. Há, por vezes, um reconhecimento de diferenças, mas não um conhecimento e convívio através delas.

Nos últimos anos, vem ocorrendo na academia um significativo avanço de estudos que analisam questões voltadas para a temática racial no espaço educacional. Em geral, tais pesquisas se desenvolvem, sobretudo, em cursos de formação de professores, análises de currículos ou material didático produzido. Talvez possamos reunir esses debates sob o título de “o desafio da diversidade”, para aludir a um artigo homônimo de Gomes e P. Silva (2006). Nesse texto, essas autoras problematizam o processo de formação docente diante da questão da diversidade étnico-cultural, principalmente quanto à sua dimensão raça/etnia/cor — questões que influenciam a atuação do profissional de educação, em especial aqueles/as que se encontram em sala de aula, interagindo direta e constantemente com os/as alunos/as. “É nesse ponto que a diversidade étnico-cultural começa a ser reconhecida como uma questão (mais do que uma temática) que precisa ser articulada à formação de professores/as e às práticas educativas escolares e não-escolares”, conforme Gomes e Silva (2006, p.17).

Não obstante já se pondera acerca do tratamento dado pelo/a professor/a à diversidade em sala de aula, — quando essa se faz representada pelo corpo discente, é importante salientar —, questionamos como se aborda a diversidade quando essa se mostra através do/a próprio/a professor/a. Durante este diálogo, desejamos também contribuir para a problematização de uma questão até então nunca tão falada no Brasil, não só face à visibilidade concernente ao preconceito e à discriminação que atinge, sobremaneira, negros para quem as práticas discursivas indiciam uma herança cultural, mas também porque, no universo escolar,

discursos do não reconhecimento à diversidade e do direito à igualdade são muitas vezes reproduzidos ou incorporados. A escola, entre os vários campos sociais, desempenha papel importante no processo de construção de subjetividades daqueles que a ela estão vinculados. Numa perspectiva social, investigar práticas discursivas permitirá problematizar significados em torno das diferenças no contexto escolar, permeados por efeitos de sentidos inscritos no contexto histórico-social.

Sujeito: Relações de Poder e Técnicas de Si

As paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade estão reconfigurando-se pelas mudanças estruturais desde o final do século XX. Essa descentralização dos indivíduos tanto do seu lugar social e cultural quanto de si mesmo constitui uma crise de identidade para os sujeitos — o que, para Hall (1999), resulta do fato de que as identidades modernas estão sendo descentradas, deslocadas ou fragmentadas. Aliados a essa leitura das identidades fragmentadas, desde a década de 1960 emergiram movimentos sociais que pleitearam reavaliações de seus lugares políticos, como questões de gênero e raça, entre outras. Os debates em torno dessas questões deram início a uma nova concepção de identidade, formulada como uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas culturais pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Definimos utilizar os estudos foucaultianos para analisar o fenômeno do poder, as técnicas de resistência que o indivíduo utiliza para compreender a si mesmo e transformar-se, constituindo-se enquanto sujeito, no caso em questão, uma professora negra. Tentamos ainda evidenciar além dos conceitos de sujeito, poder, saber e de formas de subjetivação de Foucault, algumas das concepções da Análise do Discurso derivada de Pêcheux, procurando eleger contribuições que poderão subsidiar a discussão de questões que perpassam a entrevista da professora.

A idéia de trabalhar com o poder como algo que é de domínio exclusivo de um indivíduo sobre o outro, como algo que alguns o detêm e a que outros se submetem, foi abandonada por Foucault (2003) para dar lugar à concepção de relações de poder. Assim, não se trata de compreender o poder como algo que se possui ou não possui, mas como uma ação de uns sobre as ações de outros. Isso não significa negar todas as outras concepções de poder; significa tão somente afirmar um novo entendimento sobre o poder, capaz de compreender situações relacionais.

Dentro dessa dinâmica de relações, o exercício do poder só pode ser concebido envolvendo muitos embates, pluralidade de forças que perpassam toda a sociedade ou, como diz Foucault (2003c, p.89), “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. A temática de pesquisa aqui apresentada correlaciona-se ao poder, especialmente naquela configuração que Foucault denominou biopoder, visto que a questão do racismo historicamente traz as marcas de uma função do poder sobre a vida. Portanto, compreender as estratégias e seus efeitos, configurados em táticas e técnicas possíveis, permite perceber como se dão os processos que constituem os sujeitos.

A partir da década de 1980, Foucault faz emergir outra figura do sujeito, em que coloca em discussão o seu projeto sobre a genealogia do sujeito (GROS, 2004). Ao possuir uma autonomia relativa, o sujeito passa a autoconstituir-se, utilizando tecnologias de si, ao invés de ser constituído por meio de tecnologias de poder (apoiadas em saberes discursivamente circulantes). Contrariamente à idéia de uma identidade imposta, concebida nos séculos XVII a XIX, Foucault passa a descrever o sujeito não só em sua dimensão histórica, mas também em sua dimensão ética. O filósofo desenvolve um esboço histórico das diferentes formas pelas quais os homens, em seus espaços culturais, “elaboram um saber sobre eles mesmos” e ele também busca argumentar em torno dos saberes advindos da ciência e que constituem “jogos de verdade” dos quais os homens fazem uso para o seu próprio conhecimento.

Ao estudar formas de constituição do indivíduo moderno, Foucault apresenta modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos. O autor fala de processos de objetivação e de subjetivação pensando em procedimentos que convergem na constituição do indivíduo. Os processos de objetivação constituem os indivíduos por meio de mecanismos disciplinares que os transformam em meros objetos dóceis e úteis, ao passo que os procedimentos de subjetivação compreendem práticas que fazem do homem um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria (FONSECA, 2003, p.25), de sorte que, no pensamento foucaultiano, é no interior da articulação entre saber e poder que se produz o sujeito (LARROSA, 1994, p.52).

As estratégias ou formas de subjetivação acionadas pelos homens possuem especificidades. Foucault chamou-as de técnicas ou tecnologias e agrupou-as em quatro tipos, a saber: técnicas de produção; técnicas de sistemas de signos; técnicas de poder e, por fim, técnicas de si, que o autor define como procedimentos que estão à disposição dos indivíduos, permitindo-os fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la de acordo com os seus propósitos. Tais técnicas possibilitam aos indivíduos realizarem operações sobre a sua

conduta. Procuramos analisar algumas técnicas de si (FOUCAULT, 2004) que a professora, colaboradora desta pesquisa, utilizou como modo de subjetivação ante os espaços institucionalizados que ocupa.

Diversidade, discriminação e a escola brasileira

Na busca pela compreensão da especificidade brasileira, dois conceitos tornaram-se fundamentais: meio e raça. A noção de raça era mais importante para a área das ciências. E a influência do meio ambiente exerceu grande relevância nas análises das sociedades. Os fatores geográficos determinavam caracteres físicos e psicológicos dos seres humanos inseridos no seu ambiente. *E as diferenças sociais eram explicadas como variações sociais* (IOKOI, 1997, p.138). Desde o fim do século XIX, a explicação da composição da sociedade brasileira se dava a partir da fusão das raças branca, indígena e negra. Porém, tais raças participavam de modo diferenciado e hierarquizado, pois aos brancos era atribuída a liderança frente aos processos sociais. O mestiço, por resultar da miscigenação que ocorria no cruzamento de raças desiguais, era considerado como possuidor de efeitos morais e físicos advindos das raças inferiores. Atributos como apatia e preguiça eram considerados naturais ao mestiço (IOKOI, 1997).

A partir da década de 1930, o tema da raça é utilizado como fator central para explicar os problemas do país e começou a ceder lugar para outros temas. A questão da cultura passou a predominar nas explicações sobre a população brasileira. Defendendo que as culturas nacionais não são unificadas, mas constituem um dispositivo discursivo que representa a diferença como identidade, Hall (2002, p.62) acentua que a única maneira de unificar as diferentes formas de cultura seria representá-la como expressão da cultura de um único povo, que o autor denominou de etnia, ao referir-se às características culturais — língua, religião, costume, tradições, sentimento de lugar.

Contudo, as nações modernas, principalmente na Europa, são todas híbridas culturalmente. No tocante a essa unificação, o autor afirma que se torna mais difícil estabelecer a unidade nacional — identidade — em torno da raça, que, para ele, não corresponde a uma diferença genética, mas, sim, a uma categoria discursiva e não biológica, de modo que, enquanto categoria, organiza formas de falar daqueles sistemas de representação e práticas sociais que discursivamente utilizam características físicas — como cor da pele, textura do cabelo etc. — como marcas que diferenciam socialmente um grupo do outro.

Durante muito tempo, o mito da democracia racial conseguiu difundir a crença de que todos eram iguais e que existia uma convivência harmoniosa entre todos, de modo que, do ponto de vista biológico, não existia raça e, assim, os traços fenotípicos não acarretavam implicações no cotidiano das pessoas. Entretanto, observa-se que tais traços ainda definem e classificam os seres humanos, não do ponto de vista biológico, mas sociológico e político, de forma que os negros constituem uma categoria que enfrenta práticas discriminatórias, algumas vezes sutis, outras dissimuladas, às vezes explícitas frente aos outros. Na verdade, observa-se que a questão racial está cada vez mais presente nas relações interpessoais e nunca se falou tanto nela (MUNANGA, 2004).

O conceito de etnia permitirá identificar grupos sociais que possuam tradições, culturas comuns. Quanto ao de raça, adotamos o que nos permite compreender práticas subjetivamente propositadas, ou a subjetividade que norteia ações sociais (GUIMARÃES, 2005; SISS, 2003). Portanto, a noção de raça aqui utilizada foge a qualquer vinculação a determinismos biológicos (HALL, 2002). O termo afrodescendente designou professores que se autodeclararam negros ou pardos, conforme metodologia adotada na pesquisa realizada.

Algumas análises

Nesta análise³, selecionamos uma professora negra que revela discursivamente as suas lutas travadas cotidianamente na constituição de suas subjetividades. A partir dos relatos coletados, procuramos analisar como as relações de poder exercidas na vida cotidiana de uma professora negra permitem que ela se constitua como sujeito. De início, percebemos que a entrevistada, ao se enunciar, se distancia de outros aspectos importantes como o histórico, o político, expressando sua “aflição” face aos seus caracteres fenotípicos, para ela, reveladores de sua negritude. Ainda buscamos investigar os mecanismos de resistência por ela utilizados como modos de subjetivação. Concebendo as relações estratégicas de poder como resultados de um processo de produção simbólica e discursiva, passamos a analisar a representação que essa professora tem de si mesmo e dos seus pares, bem como a impressão dos seus pares em relação a ela. Por fim, tentamos apreender, através desses relatos, efeitos de sentidos que

³ É importante explicar que essa análise resulta de dados coletados em uma pesquisa em que utilizamos o método do estudo de caso e a técnica de história de vida, que permitiram a organização dos discursos obtidos por meio de entrevistas de alguns/mas professores/as negros/as. A escolha dos/das colaboradores/as ocorreu mediante alguns critérios, tais como: serem negros e estarem exercendo a função de professor/a, ou seja, estarem à busca de inserção social. Os/as profissionais em educação, envolvidos na pesquisa, atuam em diferentes níveis de escolaridade fundamental, médio e universitário.

traduzam relevantes experiências concernentes ao seu pertencimento a um grupo afrodescendente.

Um traço que é definidor de toda a sua trajetória de vida é o cabelo, para o qual ela atribui várias designações — embuchado, duro, escadinha, bucha, ruim, pixaim — característica essa que ela, durante a sua vida, procura dissimular, criando estratégias específicas como o uso de dispositivos estéticos em busca da branquitude, o que podemos perceber em outras mulheres negras, que, incessantemente, buscam os diferentes artifícios que as práticas discursivas da cosmetologia oferecem como táticas que prometem uma aproximação ao padrão estético do branco, considerado hegemônico.

Diante das representações negativas acerca do cabelo crespo, no seu relato, a professora procura traduzir discursivamente sua preocupação em ocultar marcas que denunciem marcas de seu pertencimento, ao mesmo tempo em que tentar transformar sua aparência física de negra com a utilização de estratégias estéticas, tentando constituir-se como sujeito a partir de tecnologias do eu, buscando estabelecer relação consigo mesma, por meio de práticas: “que permitem aos indivíduos efetuar por conta própria, ou com a ajuda dos outros, certo número de operações sobre seu corpo [...] obtendo assim uma transformação de si mesmos com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza ou sabedoria ou imortalidade” (FOUCAULT, 2004).

Os dispositivos estéticos lhe permitiam atingir os modelos desejados de beleza, em especial do cabelo, e assumir sua preocupação em ocultar e mudar a sua aparência física de negra com a utilização de estratégias de “embelezamento” que se configuram técnicas de si e que lhe permitiam atingir a norma e assumir posições sociais que eram conferidas apenas aos brancos. A mudança do cabelo na adolescência lhe trouxe conflitos emocionais tão fortes, a ponto de essa professora, ao se subjetivar, resistir discursivamente a sua imagem de agora, e passa a exercer um poder por meio de um retorno ao passado, que não a identifica como negra, conforme o expresso na seqüência “[...] o que eu queria era meu cabelo de volta, foi o grande desgosto da minha adolescência, da minha idade adulta [...]”.

A professora declara a não assunção da negritude. Subjetivar-se como negra é criar uma imagem negativa. O enunciado seguinte parece traduzir a negação de sua identidade étnico-racial: “[...] Nunca tive problema com minha negritude, porque eu não me identificava como negra, eu me identificava como uma pessoa morena que tinha o cabelo embuchado”. Observamos o quanto se presentifica a supremacia do padrão estético da branquitude nos diversos discursos da professora, que internaliza essas atitudes, mostrando as formas de resistência que ela utiliza frente à ação desse poder, passa a negar a sua ascendência

étnico-racial quando, ao se enunciar, não procura agenciar traços fenotípicos do negro, mas, no seu dizer, atribui uma designação do seu auto-conhecimento como morena, padrão de beleza de representação positiva até mesmo na mídia cujo discurso manifesta a invisibilidade da imagem do negro, ocorrência aqui destacada pela professora em relação a diferentes instâncias sociais. A utilização desse dispositivo ocorre mediante o estabelecimento de uma das cinco dimensões⁴ que produzem e mediam a experiência de si. Nesse caso da professora, parece ser evidente a dimensão discursiva na qual se determina e se constitui aquilo que o sujeito pode e deve dizer acerca de si (LARROSA, 1994, p.58), a cor morena incorpora um padrão de beleza de representação positiva até mesmo nos discurso da mídia.

A professora afirma que “[...] nas representações de grupo você nota que dificilmente tem negro representando o grupo [...]. Num encontro da Universidade, a representante do curso era uma branca [...]. Eu também tava no grupo [...], sem poder de voto, [...] e aí eu defendi o curso muito bem, e a pessoa que estava representando não abriu a boca [...]. Alguém comentou que você que deveria estar representando o grupo”. A professora, mais uma vez, argumenta em torno de sua submissão face à realidade histórico-social em que se insere o negro, e aqui ela procura libertar-se da sua própria história, passando a estabelecer práticas subjetivadoras que lhe permitem se constituir enquanto sujeito de forma a subverter os efeitos de sentidos de práticas discursivas em que o negro é considerado incapaz. Demonstra ainda a sua resistência diante da atitude em relação ao grupo, revertendo a condição de sujeição que lhe foi destinada para a sua transformação a partir de práticas discriminatórias do próprio grupo que não a reconheceu como apta a desempenhar tal função, ou seja, o fato de ser negra impede as oportunidades de obter não só aceitação pelo grupo, mas também, o sucesso profissional almejado pela docente.

O poder se processa como um processo de disciplinarização dos/as professores/as em instituições sociais, no caso a escola permitindo ou não a inclusão. Saberes científicos durante muito tempo procuraram acentuar formas de exclusão. Como as teorias raciológicas, vigentes no séc. XIX, em que os discursos se preocuparam em mostrar as fragilidades físicas e cognitivas do negro. E, para contrapor a essa representação negativa, a professora assume a aparência do branco que, para ela, constitui uma imagem positiva, ou seja, na tentativa de reverter a representação negativa associada à negritude, passa a constituir-se enquanto sujeito, a partir de transformações baseadas em diferentes estratégias estéticas, tais como o modo de administrar a aparência física de negra, ou seja, utilizar recursos que lhe proporcionassem o

⁴ Larrosa (1994, p.58) descreve cinco dimensões que, para ele, constituem os dispositivos pedagógicos de produção e mediação da experiência de si: ótica, jurídica, discursiva, narrativa e a prática.

exercício do poder, a partir do momento em que se sente respeitada e aceita pelo grupo, como revelação de que, agora, não só sofre a ação dos outros, mas também passa a exercê-la, subjetivando-se no interior de um modelo oriundo das determinações sociais de seu grupo, o que corresponderia ao que Guattari diz ser a subjetividade “agenciamento coletivo de enunciação”.

Em outro momento, a professora fala: “Assumi definitivamente fazer escova (me assumi com o visual de cabelo estirado) as pessoas começaram a mudar o relacionamento comigo e inclusive chegaram a elogiar, eu comecei a me sentir mais respeitada e incluídas no grupo”. Nesse excerto, encontramos procedimentos de controle legitimados por práticas discursivas de saberes institucionais que negam ao negro o direito à visibilidade e mobilidade social, o que se percebe, contudo, no discurso da professora é a utilização de mecanismos da resistência, por utilizar-se de tecnologias de si, no exercício do poder, apresentadas por Foucault como mecanismos de subjetivação. O que implica na fusão das técnicas de dominação e das técnicas de si, pois o sujeito fala de um lugar social. A professora posiciona-se discursivamente, na tentativa de inclusão, como se permitisse a sujeição ante as exigências do grupo, ao tentar mascarar traços indiciadores de sua condição de negra e, portanto, negando o seu pertencimento étnico-racial, contudo, ao mesmo tempo em que procura atender as forças coercitivas das instituições, procura traduzir um discurso de legitimidade acerca de seu papel social, do reconhecimento de si, o fragmento “eu comecei a me sentir respeitada pelo grupo” parece traduzir o que Foucault denominou de governamentalidade como “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”.

A seqüência discursiva a seguir nos parece revelar a fusão dessas técnicas: “[...] tenho percebido o seguinte que há um dilema nessa vida de negro [...] se você assume a negritude você perde as oportunidades, portas se fecham na sua cara [...] eu vejo portas se fechando [...]. Eu fico na dúvida [...], eu assumo minha negritude e perco as oportunidades e vou para a resistência, eu disfarço para não perder as oportunidades, mas o que é que eu faço”.

Possibilidades discursivas de conclusão

A análise permitiu-nos observar que a professora assume todo um sistema de significações sociais para mascarar a sua condição étnico-racial. Para tanto, ao utilizar técnicas subjetivadoras em busca de sua inserção social, usa estratégias discursivas ao exercer o poder, mesmo diante de práticas discriminatórias e de exclusão. Em seus depoimentos, a professora usa discursos reveladores de um domínio de saberes e de recorrência a técnicas que

permitem ao indivíduo modificar, agir ou determinar a sua conduta, submetendo-se a dominação ou resistência diante da ação dos outros sobre ele ou ele sobre os outros, as chamadas técnicas de dominação ou técnicas de si.

Atualmente, percebe-se que o biopoder se processa em relação contínua, mostrando outra faceta em que todo um povo lutou numa busca de ressignificação histórica, para a liberdade dos próprios corpos, uma vez que era tido como objeto de seus donos, que tinham poder sobre os seus corpos e sua alma — o poder em ação, nesse caso, além de biopolítico também disciplinar. É necessário registrar que os efeitos desse poder e os efeitos de sentido que afetam esse povo nessa reelaboração do presente estão interligados a práticas da sua história passada e presente. Por vezes, corre-se o risco de ratificar significados identitários antes criticados.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

_____. *História da sexualidade: A vontade de saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. As técnicas de si. In: _____. *Ditos e escritos IV. Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Vigiar e punir*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. O desafio da diversidade. In: _____ (Org.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Nas malhas da mídia: agenciando os gêneros, produzindo sentidos. IN: BARONAS, Roberto Leiser. *Identidade cultural e linguagem*. Campinas: Pontes, 2004.

GROS, Frederic. *Foucault: a coragem de verdade*. São Paulo: Parábola, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed 34, 2002.

_____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IOKOI, Zilda Márcia Grícolo. *Negro e negritude*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

SILVA JR.Hélio *Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomas Tadeu (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.